

JEM

**CONFLICTO POLÍTICO:
LUCHA Y COOPERACIÓN**
Ciudad y Nobleza en Portugal
y Castilla en la Baja Edad Media

**Adelaide Millán da Costa,
Jose Antonio Jara Fuente, eds.**



CONFLICTO POLÍTICO:
LUCHA Y COOPERACIÓN.
CIUDAD Y NOBLEZA EN PORTUGAL Y
CASTILLA EN LA BAJA EDAD MEDIA

CONFLICTO POLÍTICO:
LUCHA Y COOPERACIÓN.
CIUDAD Y NOBLEZA EN PORTUGAL Y
CASTILLA EN LA BAJA EDAD MEDIA

ADELAIDE MILLÁN DA COSTA
JOSÉ ANTONIO JARA FUENTE
Editores

Comité Científico:

Professora Doutora Eloisa Ramírez Vasquero (Universidad Pública de Navarra)

Professora Doutora Yolanda Guerrero Navarrete (Universidad Autónoma de Madrid)

Professor Doutor José Mattoso (Universidade Nova de Lisboa)

Professora Doutora Mafalda Cunha (Universidade de Évora)

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projeto UID/HIS/00749/2013 e pelo projeto de investigação *Ciudad y nobleza en la Castilla de la Baja Edad Media: La (re)construcción de un marco de relaciones competitivo*, referencia HAR2013-42787-P, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad (Gobierno de España).

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Título **Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media**

Editores Adelaide Millán da Costa, José Antonio Jara Fuente

Edição IEM – Instituto de Estudos Medievais

Colecção Estudos 16

ISBN 978-989-99567-5-9

Paginação e execução Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco

Depósito legal 431295/17

Produção Finepaper

Impressão Tipografia Lousanense

Índice

Introducción	9
<i>José Antonio Jara Fuente</i>	
PARTE I	
<i>Organización política y relaciones ideológicas</i>	21
Uma Representação Nobiliárquica do Mundo Urbano no Século XIV	23
<i>Bernardo Vasconcelos e Sousa</i>	
El sistema regional urbano y la región política de Burgos en el siglo XV	37
<i>Javier Sebastián Moreno</i>	
As Clarissas na Cidade: nobreza e poder (séculos XIII e XIV)	69
<i>Maria Filomena Andrade</i>	
Nobles y ciudades en el País Vasco. Una relación variable a fines de la Edad Media	91
<i>Ernesto García Fernández</i>	

PARTE II

Los marcos de lucha política 137

Esferas de poder nobiliario y relaciones con el poder regio en la Salamanca medieval: de la caballería concejil al duque de Alba 139

José María Monsalvo Antón

Contiendas en la arena política: respuestas a las reformas institucionales de los Reyes Católicos en Vizcaya (1487-1519) 175

Arsenio Dacosta

“Senhores y especiales amigos”. La construcción de la amistad como mecanismo de cooperación política entre ciudad y nobleza. Castilla en la Baja Edad Media 209

José Antonio Jara Fuente

A presença dos nobres em Ponte de Lima (séculos XIV-XV). Testemunhos do cartório municipal 231

Adelaide Millán da Costa

PARTE III

La formalización de redes sociales 257

Acción política y redes clientelares de la Baja nobleza en el tránsito del Medioevo a la Modernidad: el ejemplo de Talavera de la Reina 259

Alicia Lozano Castellanos

Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de mobilidade social numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV 281

Ana Cláudia Silveira

Élites urbanas y bandos nobiliarios en Burgos a finales de la Edad Media: una aproximación a través de los enfrentamientos entre Manriques y Velasco (1475-1516) 305

Alicia Inés Montero Málaga

Nobilitação e espiritualidade na Lisboa medieval: os Nogueira, os Brito e a paróquia de São Lourenço (1296-1523) 341

Gonçalo Melo Silva

Uma representação nobiliárquica do mundo urbano no Portugal do Século XIV

Bernardo Vasconcelos e Sousa¹

Resumo

O conde Pedro Afonso de Barcelos, uma das figuras políticas e culturais mais marcantes da primeira metade do século XIV em Portugal, constrói na sua vasta e diversificada produção letrada uma imagem sobre a cidade do seu tempo que configura uma clara hostilidade face ao mundo urbano, aos seus espaços e às suas gentes. Tanto em passos do nobiliário de que é autor como na chamada *Crónica de 1344*, o conde apresenta a cidade e os seus naturais como expressão de sentimentos e ações vis, lugares e agentes de intriga, locais nefastos para os valores e para a própria vida da nobreza senhorial. Tal reação contra a realidade urbana prende-se com o crescente peso social e político que as vilas e cidades do reino vinham adquirindo, com a progressiva afirmação de certos grupos sociais citadinos e com a identificação dos principais núcleos urbanos como centros a partir dos quais os reis portugueses e a coroa iam edificando e consolidando o seu poder.

Palavras-chave

Cidade; Nobreza Senhorial; Conde Pedro de Barcelos; Portugal.

¹ Instituto de Estudos Medievais – FCSH/NOVA.

A crescente e bem visível importância das cidades nos séculos finais da Idade Média não deixou de provocar diferentes reações por parte dos diversos grupos sociais contemporâneos das alterações de que o mundo urbano era palco. As consequências que tais mudanças tinham no conjunto da sociedade não deixavam ninguém indiferente, mesmo que só alguns tivessem capacidade para exprimir os seus sentimentos através da escrita. No caso português e entre a nobreza do século XIV, a voz que se destaca é a de Pedro Afonso, terceiro conde de Barcelos, filho natural do rei Dinis. Não que se esteja perante um discurso doutrinário ou face a uma reflexão teórica sobre a cidade. Mas em vários dos escritos do conde surgem elementos claros sobre a sua visão do mundo urbano. Uma visão nada favorável, por parte de quem assistia ao desenvolvimento e reforço de grupos sociais citadinos, ligados aos mesteres, ao comércio, a uma economia na qual a moeda ganhava um peso crescente, com ela emergindo novos critérios de hierarquização social, de riqueza e de prestígio. Novos critérios que, à partida, se apresentavam como muito distantes da matriz nobiliárquica.

O objeto, o autor e as fontes

Pedro Afonso foi sem dúvida um dos principais porta-vozes da ideologia senhorial no século XIV português. Detentor do único título nobiliárquico ao tempo existente no reino, o conde de Barcelos foi figura de primeiro plano na produção de vários géneros da cultura letrada. Autor da chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*², a ele se deve também o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*³, o mais extenso e completo nobiliário medieval português, além de ter coligido um cancioneiro de poesia trovadoresca e de ele próprio ter escrito composições poéticas⁴. Em todos os géneros que cultivou é possível encontrar uma forma de representação da cidade que aponta inegavelmente para a cristalização de uma imagem negativa acerca dos espaços urbanos, dos seus habitantes e dos respetivos modos de vida.

Luís Krus foi o primeiro a chamar a atenção para este aspeto central nas conceções e na produção escrita do conde de Barcelos. Não sendo caso único

² *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley CINTRA. 4 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951-1990. A seguir citada como *C1344*.

³ *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. vol. II/2. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição crítica de José MATTOSO. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. A seguir citado como *LL*.

⁴ Sobre a biografia do conde D. Pedro, veja-se CINTRA, Luís Filipe Lindley – “Introdução” à *C1324*. vol. I. pp. CXXX-CLXIX; KRUS, Luís – “Pedro, D., Conde de Barcelos”. in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. vol. II. Lisboa: Alfa, 1985, pp. 91-92 e FERNANDES, A. de Almeida – *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. A História de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal, 1990, pp. 252-313.

entre os trovadores que se dedicaram às cantigas de escárnio e mal dizer, Pedro Afonso não se furtou nas suas composições a fustigar personagens concretas oriundas do meio citadino, expondo-as à sátira e ao ridículo. As próprias urbes eram apresentadas como lugares de excessos, de sentimentos mesquinhos e de vícios, onde medrava a ambição desmedida de vilões sem escrúpulos⁵. Mas será no seu *Livro de Linhagens* e na *Crónica de 1344* que a visão negativa e a rejeição do mundo urbano por parte do conde assumirão uma forma constante e acentuada. Mesmo que as considerações apresentadas tenham, em geral, um carácter mais implícito do que de ataque explícito à cidade. No caso do nobiliário, Luís Krus pôs em destaque múltiplos aspetos da aversão do conde às cidades e às suas gentes⁶. Mas foi também na *Crónica de 1344* que Pedro de Barcelos deixou expressa a sua animosidade contra a urbe, em geral.

De facto, é sobretudo na referida produção genealógica mas igualmente na cronística que Pedro Afonso se assume como porta-voz da nobreza senhorial, enunciando as qualidades e os ideais fidalgos, cujas virtudes se haviam afirmado desde a Reconquista na luta contra o Islão, haviam sido revivificados com a vitória dos cristãos sobre os muçulmanos na batalha do Salado, em 1340, devendo prolongar-se e triunfar com a definitiva redenção cristã da Hispânia. Assim, para tratar a imagem construída pelo conde de Barcelos acerca do mundo urbano, recorreremos aos aspetos já em larga medida evidenciados nesta perspetiva por Luís Krus a respeito do *Livro de Linhagens*, mas também aos expostos na *Crónica de 1344* nos passos relativos a uma conjuntura muito precisa – a da guerra civil de 1319-1324 – na qual Pedro Afonso participou pessoalmente e em cujo relato deixa transparecer o seu sentimento face às cidades e aos respetivos agentes.

A imagem construída pelo conde de Barcelos sobre o mundo e o meio social urbanos

Na presente análise serão destacados dois tópicos principais no discurso de Pedro Afonso sobre o tema da cidade. Em primeiro lugar, atentar-se-á na hostilidade face à realidade urbana, ao seu espaço e às suas gentes. Em segundo lugar, mas em estreita relação com o tópico anterior, dar-se-á relevo à repulsa expressa sobre

⁵ KRUS, Luís – “A Cidade no Discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)”. in TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas*. vol. 2. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 391.

⁶ KRUS, Luís – *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

as cidades e vilas, mas, em simultâneo e de forma aparentemente contraditória, à atração ou, pelo menos, ao reconhecimento de certas virtualidades, embora perigosas, das dinâmicas urbanas.

Quanto ao primeiro tópico atrás enunciado, o da hostilidade face às realidades citadinas, aos seus espaços e às suas gentes, tal hostilidade manifesta-se nomeadamente contra as elites urbanas, consideradas como aliadas do rei e da sua política anti-senhorial e de centralização de poder, o que é particularmente claro nas referências do *Livro de Linhagens* às regiões do Centro e do Sul de Portugal, esse «país concelhio» que contrastava de modo nítido com o Norte senhorial e primordial do Entre-Douro-e-Minho⁷.

De resto, esta aversão às cidades faz com que surjam como lugares funestos para os membros da nobreza, sobretudo e uma vez mais no caso das urbes do Centro e do Sul do reino. Elas são lugares de prisão, como aconteceu com Vasco Martins Pimentel, encerrado numa torre do castelo de Santarém por ordem régia⁸, ou tornam-se mesmo locais de morte para os fidalgos, como sucedera com João Afonso, irmão bastardo do rei Afonso IV, executado em Lisboa por ordem deste⁹, pouco depois de ter ascendido ao trono. A condenação fora uma represália pela participação de João Afonso na guerra civil de 1319-1324 ao lado do então monarca Dinis e contra o infante herdeiro da coroa, precisamente o futuro Afonso IV.

Por sua vez, o carácter negativo dos personagens urbanos está patente em alguns episódios relatados tanto pelo *Livro de Linhagens* como pela *Crónica de 1344*. É o que sucede a propósito da questão entre o rei Dinis e o nobre Martim Vasques da Cunha, num conflito para o qual se aponta como culpado o bispo de Lisboa Domingos Eanes Jardo, e que antes de ser bispo tinha sido privado do monarca¹⁰. Outro exemplo da má influência exercida por indivíduos oriundos dos meios urbanos é o de Gomes Lourenço de Beja, um advogado vilão cujas intrigas estariam na base da referida guerra civil entre o rei Dinis e o seu filho e herdeiro, o futuro Afonso IV, em 1319. Num artigo sobre este episódio, José Mattoso¹¹ chamou a atenção para a forma muito depreciativa como Gomes Lourenço de Beja é apresentado na *Crónica de 1344*: como o “filho de um carpinteiro” da vila

⁷ Aspeto sublinhado por KRUS – *op.cit.*, sobretudo pp. 313-334.

⁸ Veja-se a narrativa sobre Vasco Martins Pimentel em LL, Título 35, pp. 393-396. Sobre os Pimentéis e concretamente sobre esta narrativa, veja-se SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, sobretudo pp. 31-56.

⁹ LL, 7D2.

¹⁰ LL, 55Q6. Sobre este episódio, veja-se KRUS – *op. cit.*, p. 331, nota 890.

¹¹ MATTOSO, José – “A Guerra Civil de 1319-1324”. in MATTOSO, José – *Obras Completas. 8 – Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2002, p. 226.

de Beja, que pelas suas *mentiras* enganara tanto os concelhos como os fidalgos¹², conduzindo ao conflito bélico¹³.

O carácter negativo dos vilões é também ilustrado pela sua cobardia, como teria ficado demonstrado quando as forças dos concelhos de Lisboa e de Santarém bateram em retirada no momento em que estava prestes a travar-se uma batalha entre o rei e os que se lhe opunham, em 1323, no quadro da guerra civil. Primeiro, as tropas concelhias de Lisboa estavam com o monarca, mas terão depois passado para o lado do infante rebelde. O texto da *Crónica de 1344* parece sugerir um desentendimento dos combatentes lisboetas com o rei, acabando por aderir ao inimigo quando os dois exércitos se encontravam a uma pequena distância. Mesmo assim, perante o avanço das forças régias, as tropas dos concelhos de Lisboa e de Santarém fugiram para uma floresta que ficava nas imediações. O conde escreve mesmo que os combatentes concelhios “começarão de fugir”¹⁴, numa expressão que nada tinha de inocente. Esta debandada era, pois, uma demonstração da cobardia dos que assim desertavam perante a iminência do confronto e, como tal, não mereciam mais do que o desdém implícito naquela fórmula tão curta quanto incisiva na acusação que continha.

Passando ao segundo tópico atrás enunciado, um aspeto há em que a cidade atrai a atenção do conde de Barcelos. Em várias ocasiões o mundo urbano é identificado como fonte de riqueza, associada a uma economia monetária. E, nesta medida, as elites urbanas prósperas e endinheiradas podiam fornecer mulheres para os matrimónios com membros da nobreza. É o que sucede com a referência a Pedro Afonso Ribeiro, cavaleiro da corte de Afonso III e de Dinis, que casou depois de viúvo com uma cidadã do Porto de quem se diz que era “mui rica” e que fora anteriormente casada com um vizinho da mesma cidade, também ele apresentado como “mui rico”¹⁵. Idêntica menção é feita a propósito da mulher de Rodrigo Afonso Ribeiro, Urraca Godins, de quem se afirma que era “filha de Dom Godinho, que foi do linhagem dos moedeiros de Coimbra, e foi muito honrado e moi rico e moi privado d’el rei dom Afonso de Castela”, o Sábio¹⁶. As oportunidades de casamento com mulheres originárias do mundo urbano não deixavam de ser notadas, mesmo quando se tratava da “filha de um carvoeiro” de Évora que casava com um filho segundo da linhagem dos Azevedo, Gonçalo Gomes¹⁷.

¹² *C1344*, IV, pp. 252-253.

¹³ Sobre este conflito e em jeito de síntese, veja-se SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, pp. 39-75.

¹⁴ *C1344*, IV, p. 258.

¹⁵ *LL*, 41L5.

¹⁶ *LL*, 26F5.

¹⁷ *LL*, 30L8.

Mesmo nas regiões mais marcadas pela implantação de cidades e vilas, estas tendiam a ser enquadradas por referências nobiliárquicas, fosse através da menção a mosteiros e aos seus patronos nobres, fosse pela invocação de fidalgos e dos seus feitos.

O caso da cidade arquiépiscopal de Braga, no Norte de Portugal, é exemplar a este respeito: o *Livro de Linhagens* associa-lhe a figura do arcebispo Gonçalo Gonçalves Pereira¹⁸, da linhagem que patrocinou as refundições do livro, em 1360-1365 e em 1380-1383¹⁹. Do mesmo modo, as cidades do Minho senhorial onde se situa Braga e Guimarães receberiam a proteção da nobreza senhorial, sempre disposta a casar com ricas herdeiras das elites urbanas, a ligar-se a barregãs residentes nas cidades²⁰ ou, até, a casar filhas de linhagens nobiliárquicas com algum membro das elites urbanas, como ocorrera com Estevainha Eanes de Freitas, que casou com Domingos Eanes Mouro, de Guimarães, de quem se diz que “era mui booo cidadão e muito honrado”, sublinhando-se mesmo a vantagem de que este “abria as portas a escudeiros e a cavaleiros”²¹. Nem a referência a uma eventual origem moura de Domingos Eanes impedia o reconhecimento de que ele poderia criar oportunidades de que desfrutariam na vila vimaranense escudeiros e cavaleiros.

Mas ainda que a urbe pudesse ser vista como um lugar de oportunidades e fonte de enriquecimento, ainda que fosse patente o cada vez maior peso do mundo urbano no conjunto do reino – ou talvez por isso mesmo – Pedro de Barcelos não abdicava de uma visão negativa da cidade e dos seus naturais. Expressava assim uma visão que tinha o cunho da velha nobreza senhorial, ligada à sociedade rural e com dificuldades de adaptação às dinâmicas que se desenvolviam a partir do mundo urbano.

As cidades no epicentro da guerra civil de 1319-1324

Tal como foi referido no início, atente-se agora no papel das cidades no quadro de uma situação concreta, vivida pelo próprio conde de Barcelos. Trata-se, como foi dito, da conjuntura crítica da guerra civil de 1319-1324, que opôs o rei Dinis e os seus apoiantes (nomeadamente os seus filhos bastardos Afonso Sanches e João Afonso) ao infante Afonso, o futuro Afonso IV. José Mattoso interpretou este conflito como

¹⁸ LL, 21G14. Veja-se KRUS – *op. cit.*, pp. 313-314.

¹⁹ Sobre estas duas refundições, veja-se a “Introdução” de José MATTOSO à sua edição do nobiliário do conde D. Pedro, LL, pp. 7-54 e KRUS – *op. cit.*, *passim*.

²⁰ LL, 64A5.

²¹ LL, 44A5.

o culminar da oposição entre setores da nobreza senhorial, chefiados pelo infante herdeiro da coroa, por um lado, e o próprio monarca, por outro. Os revoltosos erguiam-se contra a política de reforço do poder do rei, nomeadamente contra as sucessivas inquirições e respetivas sentenças régias que visavam combater os abusos dos senhores e mesmo limitar as suas prerrogativas em matérias fundiárias e jurisdicionais²².

Contemporâneo e participante direto em muitos dos acontecimentos da guerra civil, o conde de Barcelos relatou a situação e vários dos embates militares que então tiveram lugar, elaborando a sua narrativa cerca de vinte anos após os factos, na *Crónica de 1344*²³.

Entre os antecedentes diretos da guerra civil, mas como que constituindo já um prenúncio do que se iria seguir, a *Crónica* dá conta de uma batalha travada em 1317 entre Pedro de Barcelos, nesta altura apoiante do infante Afonso, e o seu irmão João Afonso, alinhado este com Dinis, o rei seu pai. O combate teve lugar em Pinheiro de Ázere, nas proximidades de Santa Comba Dão (Viseu). Trata-se claramente de uma batalha campal entre duas forças feudais: a do conde Pedro, de quem se diz que “era muyto amado dos filhos d’algo e ajuntou tãtos vassalos e amigos que foram mais que os outros”, e a hoste de João Afonso, tal como Pedro de Barcelos também ele bastardo do rei, mas encontrando-se ao serviço deste²⁴. Quer as personagens em confronto – os bastardos régios, o príncipe herdeiro, o próprio monarca –, quer a mobilização dos respetivos vassalos e as circunstâncias em que se enfrentaram os exércitos dos dois lados, dão bem ideia da importância e da gravidade das clivagens que rodearam este episódio bélico. E que tiveram profundas consequências para além dele, já que se acrescenta que “despois deste, ordenou dom Affonso Sanchez com el rey que tolhesse a terra ao conde dom Pedro; e elle fosse pera Castella e amdou la IIII anos e meo”²⁵, entre 1317 e 1322²⁶.

O conde de Barcelos surge aqui como o exemplo de um grande senhor da nobreza tradicional, que espera pelo seu adversário no local combinado para o embate e que não se exime de dar a sua explicação para as desavenças entre o rei Dinis e o herdeiro do trono, o futuro Afonso IV. Segundo Pedro Afonso, tais desavenças eram fomentadas e artificialmente prolongadas pelo já mencionado

²² MATTOSO – “A Guerra Civil de 1319-1324”.

²³ Além do artigo de José Mattoso já citado sobre este conflito, veja-se também SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Guerra Civil com Paisagem em Fundo (1319-1324)”. in GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 9-17. Retomamos aqui parcialmente este nosso estudo.

²⁴ *CI344*, IV, pp. 252-253.

²⁵ *CI344*, IV, p. 253.

²⁶ Sobre este período de exílio do conde Pedro em Castela, veja-se os estudos citados supra, na nota 3.

Gomes Lourenço de Beja, um advogado de condição vilã que era companheiro do infante Afonso, filho legítimo e sucessor do rei. Deste Gomes Lourenço de Beja se diz que “era filho de hum carpenteiro dessa villa”²⁷, num tom depreciativo que carregava nos traços negativos deste personagem. Mentiroso e intriguista, era este Gomes Lourenço que tinha induzido em erro muitos concelhos e também muitos fidalgos. A origem urbana (de Beja), a extração popular (filho de um carpinteiro) e a formação jurídica (advogado) com que se apresentava o perfil de Gomes Lourenço não eram, de todo, do gosto do conde. De Gomes Lourenço e do seu mundo urbano só poderiam, pois, vir intrigas e danos, na conceção do autor da *Crónica*. A relativamente desenvolvida atenção dada ao advogado de Beja reflete, de modo concentrado, o repúdio do conde pela realidade cidadina, pelas suas atividades e pelos respetivos agentes. Era a atuação destes que abalava a ordem senhorial, pondo em causa a estabilidade baseada numa incontestada supremacia nobiliárquica e provocando cisões na própria família real, como as que estavam patentes num conflito que opunha o herdeiro do trono ao seu pai e aos seus meios-irmãos.

No que respeita à guerra civil propriamente dita, os acontecimentos descritos no seu âmbito têm, como seria de esperar, diferentes palcos. Mas, sintomaticamente, os principais confrontos militares relatados por Pedro Afonso na *Crónica de 1344* localizaram-se em núcleos urbanos ou nas suas imediações, demonstrando bem a importância destes lugares para ambos os contendores, tanto pelo valor estratégico das cidades e vilas, como pela sua riqueza e pelo significado político e simbólico de que se revestia a sua posse. De facto, frequentemente ao longo da narrativa, a própria relação de forças entre os inimigos na guerra civil parece medir-se acima de tudo pela quantidade e pela qualidade das urbes que controlam. As cidades constituíam os grandes objetivos militares de ambos os beligerantes. Na sua fase mais violenta e sangrenta, a guerra civil penetrava na cidade com efeitos devastadores, como sucedeu em Santarém no início de 1324. Com efeito, os combates decisivos são travados nas cidades, mesmo intramuros, como neste caso de Santarém, ou nas imediações do núcleo urbano, mas tendo a cidade como referência, como ocorreu em Coimbra, onde, segundo o relato do *Livro de Linhagens*, D. Dinis “fez muito estrago, e o arravalde foi todo estragado. E derribarom casas”²⁸.

A importância conferida a Lisboa, quer nas tentativas de controlo da cidade por parte do rei, que a mantém consigo, quer por parte do infante, que a procura tomar sem sucesso, merece destaque na narrativa de Pedro Afonso, um destaque que põe em evidência o peso político, económico, demográfico e militar daquela

²⁷ C1344, IV, p. 253.

²⁸ LL, 7D5.

que era cada vez mais a *cabeça* do reino. Mesmo para alguém como o conde de Barcelos, profundamente hostil à realidade do mundo urbano, o protagonismo da maior e mais importante cidade portuguesa não podia passar despercebido. E ganhava mesmo a devida atenção. Daí o pormenor com que D. Pedro descreve as manobras militares e os confrontos travados em torno de Lisboa, merecendo-lhe mesmo referência expressa o nome de várias aldeias que se situavam no termo da cidade, nunca deixando de ter a grande urbe como referência e pano de fundo.

Em 1323, partindo de Santarém, o infante rebelde pretendeu ir para Lisboa, o que foi veementemente contrariado pelo rei, que o proibiu de entrar na cidade. Como o herdeiro do trono não desistisse do seu propósito, o monarca saiu de Lisboa para fazer frente às tropas do filho. A vontade de D. Afonso em atingir o seu objetivo e a determinação de D. Dinis em lhe vedar o acesso àquela que era, sem dúvida, a mais rica, populosa e importante cidade do reino, deram origem a várias movimentações dos dois exércitos nas proximidades da grande urbe. De acordo com a versão da *Crónica de 1344*, o monarca saiu de Lisboa dirigindo-se à aldeia de Albogas²⁹. Com ele iam as tropas do concelho de Lisboa, e foi então que teve lugar um curioso episódio relatado na *Crónica*. Aí se diz: “E, quando chegarão aas Albogas, pedio o cõcelho de Lixboa a el rey logar en que pousassen e elle mândoulho dar. Mas elles nõ quiserom ally pousar e foronse apousentar aalem de hua ponte que hi sta, a par do iffante”³⁰. O texto parece apontar para um desentendimento dos efetivos lisboetas com o rei, passando-se aqueles para o lado do infante Afonso quando os dois exércitos estavam a pouca distância um do outro. De facto, o texto afirma de seguida que “o iffante armouse com todos os seus e com elle o concelho de Lixboa e o de Santarem e outros”³¹.

Os exércitos de D. Afonso passaram um pequeno rio, procuraram contornar a referida aldeia de Albogas (onde, como se disse, estavam as tropas do rei, provavelmente integradas pelas ordens militares), e o infante pretendeu dirigir-se para Lisboa. Mas, ao aperceber-se desta manobra, D. Dinis foi ao encontro do seu filho rebelde, obrigando-o a acolher-se a uma pequena elevação (“um cabeço”, como diz a *Crónica de 1344*). As tropas dos concelhos de Santarém e de Lisboa, que já acompanhavam D. Afonso, bateram então em retirada e, de acordo com o que é dito, “começarõ de fugir pera a mata de Loyres”³². Esta referência do conde de Barcelos não era fortuita nem meramente factual: a fuga dos exércitos concelhios

²⁹ Tratar-se-ia aqui de Albogas Novas, nas imediações da então aldeia de Loures, e que não deve ser confundida com uma outra Albogas, próximo da atual Almargem do Bispo, concelho de Sintra (segundo as indicações de José Augusto Oliveira, a quem agradecemos).

³⁰ *C1344*, IV, pp. 257-258.

³¹ *C1344*, IV, p. 258.

³² *C1344*, IV, p. 258.

era mais uma prova da pequenez dos vilãos e da pouca ou nenhuma confiança que deveriam merecer... Nada que se pudesse comparar, sequer, aos valores da lealdade e da honra dos nobres fidalgos, de que Pedro Afonso era o grande paladino no seu tempo.

Gorada a tentativa de alcançar Lisboa, D. Afonso declarava obediência ao rei seu pai, ordenando-lhe este que regressasse a Santarém, de onde, de resto, o infante saíra para tomar a cidade da foz do Tejo. A ordem régia foi acatada, Afonso retirou, de facto, para Santarém, e D. Dinis regressou a Lisboa. Uma vez mais, mantinha-se o equilíbrio entre as duas partes, embora não tivessem deixado de se fazer sentir as divergências que haviam conduzido ao enfrentamento bélico.

Pouco tempo depois, segundo o relato de 1344, foi o monarca que pretendeu ir a Santarém, onde permanecia o infante. Ao aproximar-se desta vila, um dos mais importantes núcleos urbanos do reino na época, D. Dinis foi informado de que “o ño queria o iffante nem o concelho receber na villa”³³. Desta vez era o rei quem procurava forçar a entrada. Os combates tiveram, então, lugar em Santarém, “per aquella rua mayor que vay do alcacer pera o pelourinho”, com os combatentes do infante e do concelho a não conseguirem derrotar as tropas do monarca, pelo que “começarõ de se hir sayndo contra San Nicolaa”³⁴, uma igreja situada na parte ocidental da cidade, já intramuros³⁵.

Os confrontos desenrolavam-se, pois, bem dentro do núcleo urbano de Santarém, lutando-se rua a rua e contabilizando-se muitos mortos e feridos de parte a parte. A guerra civil, na sua fase mais sangrenta, penetrava na cidade, causando inúmeros mortos e feridos. As muitas baixas registadas neste combate urbano terão contribuído para o desencadear de novas iniciativas tendentes ao estabelecimento da paz, que veio efetivamente a ser celebrada em Fevereiro de 1324³⁶.

Uma vez mais o rei voltará para Lisboa, a sua base, a sua cidade, aquela que defendera a todo o custo, como se dela dependesse, em última instância, a sua manutenção no trono. O infante, por seu turno, voltaria para Coimbra. Falhada a tomada da *cabeça* do reino, era ainda o mundo urbano que o infante elegia para a sua posição de recuo.

No trecho do *Livro de Linhagens* sobre o reinado de D. Dinis, também da autoria do conde de Barcelos, são igualmente contados com grande pormenor diversos episódios da guerra civil, com a indicação dos nomes de alguns dos intervenientes,

³³ C1344, IV, p. 258.

³⁴ C1344, IV, p. 259.

³⁵ Sobre a localização da igreja de São Nicolau, de Santarém, veja-se BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha – “Santarém”. in MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia (org.) – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990. Mapa da p. 66.

³⁶ SOUSA – *D. Afonso IV (1291-1357)*, pp. 58-59.

a referência a locais e, até, a datas. Uma vez mais, o que avulta na narrativa são as disputas das já mencionadas e de outras cidades e vilas (Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Gaia, Porto, Guimarães, Santarém...). Mesmo na anteriormente citada referência ao “campo”, para descrever com algum pormenor as destruições que tiveram lugar nas imediações de Coimbra, o que merece destaque é o campo do arrabalde, não um campo ermo e agreste, mas um campo habitado, “domesticado” e agricultado, no qual está bem patente a marca urbana:

“e fez [D. Dinis] muito estrago, e o arravalde todo foi estragado. E derribaram as casas, e filharom muito pam e muito vinho e muito azeite, e danarom todo o campo, que era semeado de pam novo, e cortarom todos os olivae, também d’aaquem como d’aalem”³⁷.

O combate de Santarém ganha, assim, relevo no relato do *Livro de Linhagens*, em larga medida pela sua grande violência e pelo elevado número de vítimas que dele resultou³⁸. Uma vez mais, era a referência urbana a marcar o cenário da guerra civil. A cidade era um lugar de perigo e de morte violenta para os membros da nobreza. Significativamente, foi este sangrento confronto de Santarém que terá mostrado aos beligerantes de uma e de outra parte como era inglória aquela carnificina. De tal maneira que “houverom os cavaleiros acordo antre si, que se nom matassem uuns a outros; e trabalharom per tal guisa que meterom paz antre el rei e seu filho dom Afonso”³⁹.

Apesar de os primeiros recontros deste prolongado confronto entre partidários de D. Dinis e seguidores do infante herdeiro do trono apresentarem uma feição de combates entre membros de uma nobreza de implantação rural (como foi o caso do recontro de Santa Comba Dão, em 1317, ou ainda de vários episódios de rapina e vindicta senhorial no Entre-Douro-e-Minho e no interior do Alentejo), os combates mais marcantes e decisivos acabaram por ser deslocados para as cidades ou para as suas imediações. Desde logo com os cercos e as conquistas, frustradas ou consumadas, de algumas urbes, mas também com as disputas no interior da própria cidade, mais concretamente em Santarém.

As cidades e vilas surgiam, cada vez mais e para ambos os lados da guerra civil, como os principais centros de riqueza, de prestígio e de mobilização militar. Mesmo quando os exércitos se movimentavam em zonas rurais ou florestais e os combates tinham lugar em campo aberto, ainda assim eram as cidades que

³⁷ LL, 7D5.

³⁸ LL, 7D5.

³⁹ LL, 7D5.

constituíam o pano de fundo de tais confrontos. Fosse nos cercos para conquistar as urbes, fosse, até, nos combates extremamente violentos que chegaram a travar-se intramuros, como sucedeu nas ruas de Santarém no início de 1324.

O caso de Lisboa é, a este respeito, absolutamente paradigmático. O infante tudo tentou para entrar na cidade e o rei tudo fez para o contrariar, saindo, como foi sublinhado, ao encontro do filho para lhe vedar o caminho em direção à mais importante urbe do reino. As movimentações militares e os confrontos travados em torno de Lisboa desenrolaram-se, é certo, em zonas rurais ou de matas. É verdade que aqui o cenário foi o campo, mas não um campo indeterminado ou ilocalizável. Pelo contrário, tratava-se de um campo perfeitamente identificado, pontuado por aldeias de que sabemos o nome (é o caso de Albogas ou de Loures), e sempre com a grande urbe como referência e em pano de fundo, como sucedia com Lisboa. Ou, mais expressivo ainda, a cidade era mesmo o palco dos embates, como ocorreu no interior do perímetro amuralhado de Santarém. A cidade constituía, pois, o grande objetivo militar, mas também, e cada vez mais, político, no sentido em que era a sede do poder; não de um poder meramente local, mas do poder que realmente contava para controlar o reino, esse *senhorio do rei*.

O campo aberto e despovoado em que se enfrentavam os exércitos inimigos foi, pois, cedendo o passo às zonas periurbanas e aos próprios centros citadinos. Cada vez mais, são as aldeias do termo a enquadrar as descrições das manobras militares, são os arruamentos e a sua toponímia a ilustrar as narrativas de combates que, por vezes, se travam rua a rua, casa a casa, corpo a corpo. É *pelas cidades e nas cidades* que tudo se decide. Até o curso da guerra civil.

Mesmo para o conde, que quando passou a escrito a sua versão destes acontecimentos se encontrava numa espécie de exílio no seu paço rural de Lalim, nas proximidades de Lamego, as vilas e cidades, sobretudo a grande Lisboa onde a corte régia cada vez mais estanciava e da qual ele se encontrava definitivamente afastado, podiam ser mal-amadas, mas já não podiam ser ignoradas. No seu refúgio rústico, o conde virava costas ao mundo urbano. Mas nem por isso a realidade deixava de ser o que era. E não havia como o escamotear. A visão negra da cidade, a representação negativa do espaço e das gentes urbanas eram o contraponto do conde face à impotência para estancar o surto das cidades, a sua dinâmica e a sua crescente importância. Uma importância diretamente proporcional às dificuldades de adaptação aos novos tempos por parte de certos setores da velha nobreza dos senhorios rurais.

O conde Pedro de Barcelos foi, porventura, um dos últimos e o mais eloquente porta-voz português da conceção senhorial que via na cidade e nos seus naturais um antro de intriga e da ausência de princípios que contrastava com os valores

matriciais da honra e da fidelidade fidalgas. De facto, a sua representação da cidade, profundamente ideológica, repudiava a realidade urbana em nome dos tradicionais valores nobiliárquicos. Uma cidade onde emergiam novos grupos vilãos, dedicados a atividades económicas e portadores de dinâmicas sociais que punham em causa o modo de vida e os hábitos ancestrais da velha nobreza detentora de senhorios rurais. Como se isto não bastasse, a cidade tornara-se também o local escolhido pelos monarcas para, a partir dela, dirigir os destinos do reino, afirmando e difundindo formas de poder da Coroa que procuravam limitar e sobrepor-se aos poderes pessoais dos senhores. No Portugal da Idade Média, a esmagadora maioria das vilas e cidades pertencia ao rei, sendo poucos os casos em que membros da nobreza eram os *senhores do lugar*. E naqueles meados de Trezentos, para gente como o conde Pedro Afonso de Barcelos, a emergência da cidade, com as suas novidades, com as suas oportunidades para a criação e angariação de riqueza e com o seu dinamismo, era bem a prova de que o mundo – pelo menos o mundo urbano – estava a tornar-se perigoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas

Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley CINTRA. 4 volumes, Lisboa: Academia Portuguesa da História e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951-1990.

Portugaliae Monumenta Historica. Nova série, vol. II/2. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição crítica de José MATTOSO. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. Lisboa: Academia das Ciências, 1980

Estudos

BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha – “Santarém”. in MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia (org.) – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

- CINTRA, Luís Filipe Lindley – “Introdução” à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. in *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley CINTRA. vol. I. Lisboa: Academia Portuguesa da História e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951, pp. CXXX-CLXIX.
- FERNANDES, A. de Almeida – *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. A História de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal, 1990.
- KRUS, Luís – “Pedro, D., Conde de Barcelos”. in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. vol. 2, Lisboa: Alfa, 1985, pp. 91-92.
- KRUS, Luís – “A Cidade no Discurso Cultural Nobiliárquico (sécs. XIII e XIV)”. in TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A Cidade. Jornadas Inter e Pluri-disciplinares. Actas*. vol. 2. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 381-393.
- KRUS, Luís – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994
- MATTOSO, José – “A Guerra Civil de 1319-1324”. in MATTOSO, José – *Obras Completas. 8 – Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 217-227.
- MATTOSO, José – “Introdução” a *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição crítica de José MATTOSO. vol. II/2. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, pp. 7-54.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Guerra Civil com Paisagem em Fundo (1319-1324)”. in GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 9-17.

Frente al conflicto político, como expresión máxima o sumatorio de toda conflictividad, cabe concebir otros escenarios, otras posibilidades de relación, desde la neutralidad de los compromisos surgidos en cada momento relacional y agotados en el propio instante, hasta la alianza más o menos prolongada y dotada de unos fines, unos compromisos y unos medios de intervención más o menos elaborados. *Conflicto político: lucha y cooperación* se presenta como una propuesta de análisis que pretende recuperar la capacidad de acción, de ser y sentirse actor, para la agencia urbana, emparejándola con la nobleza en el mismo nivel de representación política, en el marco de un contexto político conflictivo o no, y de unas formulaciones relacionales que conducen a reconsiderar el papel jugado por cada actor, asumiendo que ni todos los integrantes de la nobleza eran iguales, ni lo eran los integrantes de ciudades y villas.

José Antonio Jara Fuente, Introducción

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



ISBN 978-989-99567-5-9

